

QUESTÃO 1: Charles E. Lindblom (in Heidemann & Salm, 2014) foi um dos autores responsáveis pela compreensão e difusão do modelo decisório conhecido como incrementalismo, ou método da ramescência. Aponte duas diferenças entre o incrementalismo e o modelo racional-abrangente (método da raiz)? (2 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

- Enquanto no modelo racional há separação entre a explicitação dos valores e a análise empírica das alternativas, no modelo incremental há uma fusão destas duas dimensões.
- Enquanto no modelo racional há isolamento dos meios e fins, numa tentativa racional de adequação dos meios aos fins, no modelo incremental meios e fins são indissociáveis.
- Enquanto no modelo racional o teste de uma “boa” política é aquele que revela qual alternativa é a mais adequada para atingir os objetivos (*the one best way*), no modelo incremental a “boa” política é aquela que garante maior aceitação política entre os interessados.
- Enquanto no modelo racional a análise é abrangente ou global de muitas variáveis e comparação de alternativas, no modelo incremental a análise é drasticamente reduzida para entender a relevância, o realismo e a completude de poucas alternativas, sendo comparadas de acordo com aquelas variáveis que importam.
- Enquanto no modelo racional existe uma forte dependência das teorias e a política é formada de uma vez no momento de formulação e decisão, no modelo incremental existem formulações e reformulações sucessivas nas diversas etapas do processo de política pública.

Referência: Heidemann & Salm (2014, pp. 175- 186)

QUESTÃO 2: De acordo com Secchi (2016), a ciência da política pública é composta por alguns tipos de estudos, entre eles a pesquisa de políticas públicas (*policy research*) e a análise prescritiva de políticas públicas (*policy analysis*). Escreva sobre as diferenças existentes entre estes dois tipos de estudos. (3 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

“A pesquisa de política pública (*policy research*) tem como objetivo a construção teórica e utiliza métodos eminentemente indutivos. Ela possui natureza descritiva e busca entender como as políticas públicas se desenvolvem na prática (Regonini, 2001; Weimer, Vining, 2011). Tais estudos estão focados primariamente no avanço do campo de conhecimento por meio da explicação e descrição dos conteúdos das políticas públicas, do comportamento dos atores que empreendem e influenciam a política pública, dos estilos de política pública e instituições informais e formais nas diversas fases do processo de política pública. (Secchi, 2016, p. 9)

“A atividade de análise de políticas públicas (*policy analysis*) busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas. O objetivo central dessa atividade é dar subsídios informativos para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público”. (Secchi, 2016, p. 10).

Em suma, enquanto a pesquisa de política pública serve para descrever como ocorre o processo de política pública, com fins de produção de conhecimento, a análise de política pública serve para prescrever soluções para a resolução de problemas públicos concretos.

Referência: Secchi (2016, pp. 9-10)

Leia o trecho de reportagem a seguir e responda as questões 3 e 4, na sequência.

Programa Defesa Civil na Escola (PDCE)

Em 2021 o governo de Santa Catarina instituiu, por decreto, o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE). O programa consiste na realização de atividades educativas voltadas às temáticas de redução de riscos, autoproteção, gestão de desastres e cuidados com o meio ambiente. Como objetivos listados decreto 1382/2021, art. 3º, estão:

I - incorporar a temática de proteção e defesa civil nas escolas, de forma interdisciplinar ou transdisciplinar;

II - capacitar alunos e professores para atuarem de forma compartilhada e eficaz na redução de riscos e gestão de desastres; e

III - incentivar alunos e professores a atuarem como multiplicadores do Programa nos âmbitos escolar e comunitário, ampliando a consciência de autoproteção e a resiliência.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual (2023) estão previstos R\$2,6 milhões como despesa do programa. Os custos envolvem a capacitação dos professores que irão repassar o conteúdo a todos os estudantes matriculados no 6º ano, ou preferencialmente no 7º ano do ensino fundamental catarinense. Além disso, contemplam também a elaboração/atualização de materiais instrucionais. De acordo com a Defesa Civil/SC, em 2022 foram atendidos pelo programa mais de 10 mil alunos, sendo que 333 professores e 140 escolas de 87 municípios tiveram formação concluída. Fonte: LOA/SC (2023), website da Defesa Civil/SC (2023)

QUESTÃO 3: Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) apresentam em sua obra fundamentos e reflexões sobre a avaliação de programas sociais e políticas públicas. Considerando as informações da reportagem e os postulados pelos autores, discorra sobre como seria a postura de um avaliador caso adotasse a avaliação utilitarista vs. a avaliação intuicionista-pluralista, num processo avaliativo do programa em questão. Ao final, discorra sobre os impactos da polarização das diferentes visões filosóficas, quando aplicadas no campo da avaliação. (2 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

O avaliador, ao fundamentar-se em uma avaliação utilitarista iria determinar o valor do programa de Defesa Civil na Escola estimando seu impacto global sobre aqueles a quem afeta. Assim, o valor do programa seria determinado pelo número de professores e alunos capacitados, número de escolas e municípios atendidos e número de pessoas que foram impactadas positivamente pelas ações desempenhadas ou demais indicadores de resultados globais. O PDCE seria considerado de sucesso caso atingisse as metas estipuladas, construídas em critérios quantitativos, mensuráveis e objetivos. Já o avaliador fundamentado em uma avaliação intuicionista-pluralista iria considerar o valor do PDCE estimando seu impacto sobre cada cidadão, individualmente. A postura do avaliador seria mais no sentido de descrever as situações e experiências vivenciadas

por cada uma das pessoas envolvidas com o programa, de forma que o mérito do programa seria resultado do julgamento do próprio avaliador, a partir de sua leitura sobre os resultados obtidos com as ações desempenhadas. Neste processo, o avaliador conta muito com sua intuição, dado a natureza dos dados coletados (depoimentos, entrevistas, observações) e a natureza do processo, de elevada carga subjetiva. No caso em questão, o avaliador iria conversar com os professores, pais, responsáveis e as próprias crianças para analisar como foi o processo, situações positivas e negativas da experiência de participar do PDCE e, após análise das percepções, iria emitir um posicionamento.

Observa-se que os caminhos adotados assumem posturas distintas, uma de natureza mais objetiva, outra mais subjetiva. Pelos dados apresentados na reportagem, referente aos resultados obtidos em 2022, observa-se uma postura mais alinhada à abordagem utilitarista. Entretanto, Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) argumentam que a polarização em dicotomias do tipo “isso ou aquilo” não é favorável ao processo de avaliação, que pode, inclusive, adotar uma multiplicidade de métodos. Mais importante do que defender uma corrente filosófica é identificar qual (ou quais) procedimentos e abordagens são mais adequados para aquela avaliação específica.

Referência: Worthen et al. (2004, cap. 4, pp. 109-119).

QUESTÃO 4: O documento “Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post” (IPEA, 2018) traz orientações sobre distintas possibilidades de avaliação de políticas públicas. Dentre elas é apresentada a Avaliação de Impacto. Discorra sobre a função deste tipo de avaliação e, em sua resposta, argumente que tipos de precauções devem ser tomadas numa eventual avaliação do impacto do Programa Defesa Civil na Escola (PDCE) sobre o número de óbitos derivados de desastres naturais no Estado de Santa Catarina. (3 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

A avaliação de impacto buscar quantificar os efeitos causais da política. Portanto, para utilizá-la, faz-se necessário estabelecer uma premissa de causalidade, ou seja, determinar que o efeito X é causado pelo fenômeno Y. Diferente das ciências naturais, em que causa e efeito podem ser estabelecidos em ambientes controlados, o mesmo não ocorre no contexto das políticas públicas. Assim, face à complexidade envolvida, o avaliador deve procurar métodos que sejam capazes de lidar com as fontes de confusão de interpretação.

No exemplo em questão, a adoção de uma perspectiva ingênua da avaliação de impacto poderia considerar a redução do número de óbitos decorrentes de desastres naturais como efeito da política, sendo sua causa o número de alunos capacitados no programa. Por óbvio, avaliar o impacto do PDCE dessa forma é frágil, uma vez que o número de óbitos pode ocorrer por distintos fatores não controláveis, como a ocorrência de um evento climático extremo. Assim, a adoção da avaliação de impacto para o PDCE implica em uma séria de cuidados e cautela, por parte do avaliador.

Na escolha por esse método seria necessário definir com cuidado quais variáveis se espera ter resultado, analisar a heterogeneidade do impacto (ou seja, verificar se o impacto se altera com as características dos indivíduos ou ambiente), bem como as situações diversas que podem influenciar o resultado (como os eventos climáticos extremos, a exemplo). Outras medidas metodológicas podem ser adotadas para reduzir a possibilidade de avaliações ingênuas e simplistas, como a noção do contrafactual combinada à métodos experimentais. *Referência: IPEA (2018, cap. 9, pp. 265-267).*